

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

### **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º           , DE 2007** **(Do Sr. Ayrton Xerez)**

Propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, realizar fiscalização nos procedimentos e contratos celebrados entre a Petrobrás e as empresas bolivianas, no tocante à importação de gás natural daquele país.

Senhor Presidente,

Com fundamento nos artigos 70 e 71, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados aos artigos 60, I e II, e 61, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho que esta Comissão realize fiscalização nos procedimentos e nos contratos celebrados entre a Petrobrás e empresas bolivianas, no tocante à importação de gás natural oriundo daquele país.

### **JUSTIFICAÇÃO**

No dia 31 de outubro do corrente ano, a sociedade brasileira, em especial a carioca, foi surpreendida com o anúncio de que a Petrobrás, empresa estatal responsável pela distribuição de combustível, estaria cortando o fornecimento de gás para o estado do Rio de Janeiro.

A medida, tomada unilateralmente, apresentou aspectos perversos para diversos setores da economia fluminense. Fábricas de matéria-prima para tintas foram forçadas a paralisar suas atividades, enquanto taxistas, os que mais se utilizam daquele combustível para trabalhar, já começam a fazer as contas dos prejuízos que enfrentarão, pois a diferença entre o preço do gás e da gasolina é, reconhecidamente, imensa.

Segundo consta, o referido corte no fornecimento já teria sido previsto e alertado pela direção da Petrobrás, com base em relatórios que detalhariam o prejuízo que a estatal poderia sofrer, diante de decisões políticas tomadas, que reduziriam o gás importado pelo país, em detrimento do fornecimento destinado a outras nações.

A utilização do gás natural como combustível, mais barato e menos poluente, teve impulso no final dos anos 90, com a construção do gasoduto Brasil – Bolívia, que garantiria o fornecimento do combustível. Desde então, assistimos a toda sorte de incentivos oficiais para o consumo, seja na indústria, seja nos automóveis.

Incentivou-se o crescimento da demanda, sem garantir a oferta. Afinal, o racionamento de gás era mais do que previsível, desde a crise das refinarias da Petrobrás na Bolívia, invadidas e tomadas pelo governo daquele país.

Naquele momento, argumentava-se que não poderíamos endurecer as negociações com os bolivianos, pois necessitava-se do gás importado daquela nação. O governo brasileiro insistia na tese de que era melhor perder os anéis. Pois bem, perdemos os anéis, as refinarias implantadas e desenvolvidas com nossos recursos, literalmente doadas em uma venda aviltante, ficamos sem os dedos, o fornecimento de gás.

O resultado dessa política é visto agora, ao abrirem-se as cortinas da ineficiência e da desastrosa gestão de nossos recursos energéticos, sinistra premonição do que nos aguarda no futuro.

Sabemos que o Poder Legislativo tem obrigação de adotar postura altaneira e decidida na fiscalização das relações entre as autarquias federais e as empresas privadas, em especial quando o dinheiro de milhões de cidadãos está em jogo e, por isso, propõe-se a presente fiscalização, de modo a averiguar a real situação dos negócios realizados entre a Petrobrás e empresas bolivianas, no tocante ao fornecimento de gás para o Brasil.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 2007.

**Deputado Ayrton Xerez**  
(Democratas - RJ)